



O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Anna Paula Alves Mendes¹, Carolina da Mata Barbosa², Gislene Aparecida Martins Queiroz³, Luciana Sérgio da Silva⁴ (PQ)*

¹ Universidade Estadual de Goiás Câmpus São Luís de Montes Belos

² Universidade Estadual de Goiás Câmpus São Luís de Montes Belos

³ Universidade Estadual de Goiás Câmpus São Luís de Montes Belos

⁴ Universidade Estadual de Goiás Câmpus São Luís de Montes Belos. lucianasergio1@hotmail.com
(Coordenadora do projeto)

RESUMO: O presente estudo se por meio de pesquisa bibliográfica. Buscou-se por meio deste estudo discorrer acerca da problemática: Como o ensino de história no Ensino Fundamental influencia na formação para a cidadania? Partindo de tal problema elencou-se como objetivo geral relacionar o ensino de história no Ensino Fundamental e sua influência na formação para a cidadania. A pesquisa teve como aporte teórico Bittencourt (2015 e 2011); Fonseca; Covre (2002); Cerri (2011); Zucchi (2012); Pinsky (2008); PCN – História e Geografia (2001), entre outros O ensino de história é de suma importância para a formação de indivíduos mais críticos, reflexivos e conseqüentemente mais atuantes na sociedade onde estão inseridos. Para que tal ensino ocorra, o educador pode contar com recursos e metodologias distintas, que visem a melhoria no ensino e na aprendizagem do educando, que quando trabalhadas de forma planejada e articulada aos conteúdos de ensino, podem contribuir significativamente para uma melhor aquisição do conhecimento, e desse modo a formação de cidadãos mais atuantes, que busquem a melhoria e transformações para a sociedade onde estão inseridos.

Palavras-chave: Professor. Ensino de História. Educação. Indivíduo

Introdução

O Ensino de História deve visar, dentre outros aspectos, a formação para a cidadania, pois esta contribui diretamente para que os indivíduos se tornem mais críticos, reflexivos e conseqüentemente mais atuantes na sociedade onde estão inseridos.

Diante a inquietação quanto a contribuição do ensino de história a pesquisa originou-se a partir da problemática, Como o ensino de história no Ensino Fundamental influencia na formação para a cidadania? Partindo de tal problema elencou-se como objetivo geral relacionar o ensino de história no Ensino Fundamental e sua influência na formação para a cidadania. Os principais objetivos específicos destacados foram, analisar a evolução histórica do ensino de história no Brasil; compreender o papel do ensino de história na formação para a cidadania; destacar a importância da formação cidadã para a sociedade.

REALIZAÇÃO



A presente pesquisa teve como metodologia o método materialismo histórico dialético, utilizando-se de revisão bibliográfica em autores com trabalhos relacionados a temática. Por meio desta almejou-se uma reflexão crítica acerca da relevância do ensino de história para a formação cidadã.

O ensino de história no Brasil, desde seu surgimento, passou por inúmeras mudanças, estas, por sua vez, tiveram objetivos distintos, como reforço de ideologias religiosas, políticas, nacionalistas, até mesmo a reflexão, o diálogo e a formação cidadã. É importante destacar que o professor de história deve buscar sempre o novo, pois o tempo não é estático, é movimento, é luta, é transformação, é uma constante indagação.

O educador deve instigar e despertar nos educandos este sentimento de curiosidade, embora vivemos em um mundo imediato, de tecnologia, onde nem sempre estes sentem curiosidades pelos desafios propostos por seus educadores.

É indiscutível a importância do ensino de História na formação de qualquer cidadão, embora muitos profissionais o apresentem como um seguimento temporal de datas e de acontecimentos. “Uma maneira maçante e cansativa de mostrar a História, aos alunos é apresentá-la como uma sequência linear de datas e acontecimentos. Quem age assim materializa oralmente uma frisa do tempo oral, mas não ensina a disciplina.” (SELBACH, 2010, p.34). Por isso, ensinar história somente e simplesmente decodificando livros e decorando datas, torna o conteúdo da disciplina tedioso e sem sentido, induzindo apatia dos alunos pelos conteúdos propostos.

Entretanto, ressalta-se que não exprime a ideia que não há precisão de leitura, mas que utilizar metodologias diferenciadas como filmes, vídeos entre outros recursos é uma forma de tornar a aula mais dinâmica e atrativa ao aluno, que deixa de ser agente passivo, que só ouve, e passa a ser um indivíduo ativo e questionador dos fatos, fazendo uma articulação entre os acontecimentos passados e presentes, como meio de resolver conflitos no presente em prol da mudança no futuro, sendo assim, o aprendizado se torna eficaz e a informação passa a ter uma utilidade e desta forma o saber ganha uma significação transformadora.



Portanto, ensinar História é importante para que o indivíduo valorize o patrimônio sociocultural e o direito de cidadania como condição de fortalecimento da liberdade de expressão e da democracia. Mas o ensino de história buscou sempre tal posicionamento?

Resultados e Discussão

Abordagem histórica do ensino de história no Brasil

O ensino de história sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras, no entanto sua importância foi variando de acordo com o passar dos tempos. Inicialmente não lhe era atribuído muito valor, a partir da década de 70 (século XIX) sua importância foi ampliada e esta vinculada a história nacional, era então utilizada como forma de incentivar e trabalhar o nacionalismo.

O ensino voltava-se para uma formação moral e cívica, essa prática acentuou-se nos séculos XIX e XX. Sobre a relevância do ensino de história no Brasil neste período Bittencourt (2011, p.60) afirma que “[...] a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma ‘história nacional’ e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma identidade nacional”.

Os programas de ensino não eram os mesmos para todas as províncias durante o Brasil império e assim continuou no período da república. A disciplina de história não era ensinada em todas as séries, denotando assim a pouca relevância que lhe era dada. Além de não muito valorizado, o ensino de história por muitos anos foi ministrado através do chamado método mnemônico, método este que, incentiva a memorização de conceitos e conteúdos, sem, no entanto, haver a contextualização e interpretação dos conteúdos, apenas a reprodução através de longos questionários acerca do texto trabalhado.

Saber história, segundo tal método, significava saber de cor o maior número possível de acontecimentos da história, nomes de grandes heróis e datas aleatórias. Como descreve Penteado (2011, p. 32) “Listas de heróis desvinculados de seu



contexto, agindo de maneira inusitada, surpreendente e benévola, em datas aleatórias, já marcaram o ensino em História”.

No final do século XIX, a disciplina de História teve uma maior relevância visto que, a partir de então, além de ensinar a ler, escrever e contar, a História ficou encarregada de “formar o cidadão”, ou seja, nas palavras de Zucchi (2012, p. 10), “O ensino de História, com ênfase no estudo da vida e dos feitos dos heróis nacionais, pretendia legitimar a República brasileira e moldar a identidade nacional”.

Com isso, veio a “preocupação” do Estado sobre a questão da concepção de cidadania, sentindo-se no dever de garantir os direitos sociais e civis ao maior número de pessoas que, depois de alfabetizadas, adquiririam a cidadania política. Como descreve Circe Bittencourt,

O conceito de cidadania, criado com o auxílio dos estudos de História, serviria para situar cada indivíduo em seu lugar na sociedade: cabia ao político cuidar da política, e ao trabalhador comum restava o direito de votar e de trabalhar dentro da ordem institucional. Os feitos dos “grandes homens”, seres de uma elite predestinada, haviam criado a Nação, e os representantes dessas mesmas elites cuidariam de conduzir o País ao seu destino (BITTENCOURT, 2011, p. 65).

Com efeito, o ensino de História tinha como objetivo agregar os setores marginalizados ao processo educacional e, concomitantemente, eram excluídos da participação política do seu país. Nas primeiras décadas do século XX, o sistema escolar, como afirma Circe Bittencourt (2011, p. 66,67), foi marcado pela

[...] consolidação de uma memória histórica nacional e patriótica nas escolas primárias. A partir dessa época, com a criação do Ministério da Educação, o sistema escolar foi organizando-se de maneira mais centralizada e os conteúdos escolares passaram a obedecer à normas mais rígidas e gerais (BITTENCOURT, 2011, p. 67).

Para se ensinar História nessa época, usava-se a memorização, onde os alunos eram obrigados a decorar todo o conteúdo e eram avaliados por suas respostas corretas e repetidas iguais aos dos livros utilizados. Se acaso errassem ou esquecessem alguma resposta eram castigados severamente com uso das palmatórias, ou seja, “o sistema de avaliação era associado a castigos físicos”, (BITTENCOURT, 2011, p. 67).



Ainda nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente a partir dos anos 30, espelhados em escolas americanas, surgiu a proposta de que os Estudos Sociais substituíssem a História, a Geografia e o Civismo nas escolas primárias com o intuito de integrar os indivíduos na sociedade, adequando-os da melhor forma possível em sua comunidade. Segundo Circe Bittencourt, a disciplina de os Estudos Sociais

Propunha que os estudos fossem iniciados com base nas realidades próximas das crianças, tanto no tempo como no espaço. Nessa perspectiva, o passado mais próximo era, antes de tudo, o imediato: o familiar, o local, o escolar (BITTENCOURT, 2011, p. 73).

Na década de 60, devido a um momento político conturbado (Ditadura Militar), “[...] os Estudos Sociais já não se poderiam limitar a desenvolver um espírito patriótico e nacionalista...” (BITTENCOURT, 2011, p. 74), agora a disciplina precisava criar alternativas de frear os anseios de uma juventude que se encontrava em um país regado de transformações aceleradas, inclusive “[...] de seus valores tradicionais, tais como a família, as condições de trabalho e a ética” (BITTENCOURT, 2011, p. 74). Sendo assim, o ensino de História perde sua especificidade visto que, desta forma, o governo, agora tomado pelos militares, controlava mais de perto o conteúdo administrado pelas escolas.

Com o fim da Ditadura Militar em 1985, houve maior abertura e automaticamente mais liberdade no ensino, a partir daí, a disciplina de Estudos sociais novamente se desmembra em história e geografia.

Os primórdios do ensino de história deixam bem claro que não havia a preocupação em estimular o aluno a pensar, analisar e refletir sobre os conteúdos históricos, tão pouco construir seu próprio conhecimento, evidenciando assim, os vários anos pelos quais o ensino de história esteve estagnado, obsoleto, aquém de seu verdadeiro objetivo que é “Retirar os jovens do presente contínuo é abrir as portas para a sensibilidade em relação ao passado e à compreensão dinâmica do tempo”. (CERRI, 2011, p.116).

Ao longo da evolução do ensino de história pode-se observar então, que muitas mudanças ocorreram, a maior parte delas objetivando a melhoria das práticas



educativas e o aprendizado do aluno. No entanto, muito ainda há que ser feito, principalmente no contexto atual marcado por manifestações, lutas de categorias no anseio de mudanças para se e para o país. A sociedade não é estática, é movida pelo tempo e pelas ações individuais e coletivas, isto é história, isto é vida, os indivíduos agindo no tempo, deixando seu legado para as futuras gerações.

Então é imprescindível por parte do professor, a busca por constantes inovações no ensino, pois ele “é sujeito fundamental na transformação ou na continuidade do ensino de história”. (Bittencourt, 2015, p. 27). Cabe desta forma, aos educadores da atualidade, buscarem metodologias mais dinâmicas, interativas e renovadas de se trabalhar a disciplina de história, visando um ensino e aprendizagem mais significativos e com a preocupação de formar para a cidadania.

O papel da história na formação para cidadania

A história é o conjunto de análises das informações ou de saberes sobre o passado e acerca do desenvolvimento da humanidade, de uma sociedade, de uma cultura, de um indivíduo. A história enquanto disciplina escolar é, portanto, a ciência que contempla análises desses fatos. Tendo como função de não somente expô-los, mas de ser a legitimadora da tradição nacional, da cultura, das crenças, da arte, do território

Assevera-se portanto, a notória relevância do ensino de história para formação integral do ser humano, e linha tênue entre: história e cidadania. Sendo assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia, destaca entre os seus objetivos:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. (BRASIL, 1998, p. 5).

Esse objetivo é de suma importância para orientar o professor sobre o seu compromisso com a disciplina de história. Os conteúdos históricos destinados à escola “são relações que variam de acordo com as concepções teórico-



metodológicas e, sobretudo, política das forças atuantes em cada época”. (FONSECA, 1993, p. 119). Portanto, dar aula de história não é somente narrar os fatos históricos para os alunos; para Ribeiro (2004, p. 76) “é iniciar os jovens no conhecimento da história da humanidade; transmitir informações para a construção da cidadania”.

A cidadania está ligada ao surgimento da vida na cidade, à eficiência humana em exercer seus direitos e deveres de cidadão. Conceito oriundo da Grécia Antiga, o qual é enraizado historicamente em inúmeros contextos; que expressa na sociedade não somente os deveres, mas também os direitos. Conforme Covre (2002, p.17) a cidadania desenvolvida em nossos dias, extravasa o conceito clássico de cidadania dos direitos, de regras abstratas da democracia, ela vai além da cidadania atada ao Estado. Tal como afirma Pinsky (2008):

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2008, p. 9).

Ao colocar a cidadania como um conceito global, como um reconhecimento de seus direitos, Pinsky (2008) esclarece que cidadania vai além dos muros da escola. Colocando ainda que a escola favorece um “ensaio” para a cidadania. Pois a história contribui para a formação do “indivíduo comum”, assim como afirma Bittencourt (2004, p. 20); sendo este o que enfrenta um cotidiano de desemprego, conflitos, violência, greves e que deve escolher seus representantes para ocupar vários cargos da política institucionalizada.

Covre (2002) destaca a cidadania com grandiosidade, apresentando-a como ferramenta de auto conhecimento:

(...) penso que a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser constituído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas. Mas de acesso a todos os



níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo. (COVRE, 2002, p. 11).

Seguindo tal análise, torna-se inviável falar sobre formação para a cidadania sem ressaltar o multiculturalismo; assunto que tornou-se “tema transversal” nos PCNs recentemente. Abordar a multiplicidade cultural em sala de aula, segundo Moreira (2013, p. 136) é o alicerce para absorção de que somos seres do discurso e como tais, somos constituídos por vários significados, ou seja, o ser humano, é o ser de diferença e não um ser de significado único.

Contudo, o papel da história para na formação humana é fundamental, assim como afirma Kantovitz:

Assim, considerando a participação de diversas áreas do conhecimento, em especial a disciplina de História, pode-se afirmar que a educação histórica e a das demais áreas visa a formação para a cidadania e a possibilidade de atribuir novos significados às disciplinas na vida prática do aluno. Pode-se, assim, estabelecer uma relação entre o conhecimento formal adquirido na escola e o conhecimento prévio e vivido no cotidiano do aluno. (KANTOVITZ, 2012, p.107).

Na escola, o conhecimento científico tem um papel importante de estimular o desenvolvimento da criança; ético e cultural. Contribui diretamente na formação social de um indivíduo consciente enquanto sujeito social e autônomo. Entender a história diante deste contexto é reconhecer o aluno em todas suas bases; reconhecê-lo em sua capacidade, como um todo. O papel da história na formação da cidadania faz com que o próprio aluno se veja como sujeito de capacidade múltiplas, onde seu saber relativo não é ignorado, pois é o que o constitui como ser social, é o que o forma como cidadão.

Considerações Finais

Ao longo da evolução do ensino de história pode-se observar então que, muitas mudanças ocorreram, a maior parte delas objetivando a melhoria das práticas educativas e o aprendizado do aluno. No entanto, muito ainda há que ser feito, principalmente no contexto atual, marcado pelas diversidades, por manifestações, lutas de categorias no anseio de mudanças para se e para o país. A

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



sociedade não é estática, é movida pelo tempo e pelas ações individuais e coletivas, isto é história, isto é vida, os indivíduos agindo no tempo, deixando seu legado para as futuras gerações.

Então é imprescindível por parte do professor, a busca por constantes inovações no ensino, pois ele é sujeito fundamental na transformação ou na continuidade do ensino de história, por isso deve estar comprometido com um ensino para a diversidade, pois somos frutos de grande miscigenação, cada qual com suas distinções, qualidades e sentimentos, mas que todos juntos formam um povo, uma sociedade.

E esta sociedade exige dos indivíduos que eles sejam participativos e atuantes, e não somente seres apáticos, sem opinião, sem crenças. Portanto o ensino de história deve ter como um dos principais objetivos que o aluno seja capaz de compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro, agindo de forma crítica e exigindo para si o mesmo respeito. Pois cidadania se aprende e se vivencia em vários espaços, porém, a escola é o lugar privilegiado para a socialização, a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências.

Agradecimentos

Agradecemos a UEG pela aprovação da pesquisa.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. "As 'Tradições Nacionais' e o ritual das festas cívicas". In: PINSKY, Jaime (org). **O ensino de história e a criação do fato**. 11. ed, São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 12. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia**. Brasília: MED/SEF, 1997.

REALIZAÇÃO



CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2002. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3896971/mod_resource/content/1/L.aula2_grupo5_O_que_e_cidadania.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2018.

FONSECA, Selva G. **Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papyrus, 1993.

KANTOVITZ, Geane. **A disciplina de história e a formação para cidadania: uma experiência interdisciplinar.** EntreVer, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 95-109, jan./jun. 2012. Disponível em:
<<https://www.google.com.br/search?q=referencias+alinhadas+a+esquerda+ou+justificado&oq=referencia+%C3%A9+alinhada+a+esquerda+ou+jus&aqs=chrome.1.69i57j0.21872j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso: 28 de julho de 2018.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PENTEADO, Heloísa Duplas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINSKY, Jaime, C. B. (Org.). **História da Cidadania.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Marcus Venício. **"Não basta ensinar História; para uma boa formação os alunos precisam entender bem o que lêem e saber pensar e escrever".** In: *Nossa História*, ano 1, n. 6. Rio de Janeiro, Abril. 2004.

SELBACH, Simone (org.) **História e didática.** Petrópolis: Vozes, 2010.

ZUCCHI, Bianca. **O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental: teoria, conceitos e usos de fontes.** São Paulo: Edições SM, 2012.